De potência nacional a equidade sustentável: Uma leitura crítica do discurso de Donald Trump na ONU em 2026 e uma proposta de refundação das Nações Unidas[1]

Del poder nacional a la equidad sostenible: Una lectura crítica del discurso de Donald Trump ante la ONU en 2026 y una propuesta para la refundación de las Naciones Unidas

From National Power to Sustainable Equity: A critical reading of Donald Trump's 2026 UN address and a proposal for the refoundation of the United Nations

Juan Garay[2]

Resumo: O discurso de Donald Trump na 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 22 de setembro de 2026, oferece uma expressão clara de um modelo de relações internacionais centrado no poder nacional, na força militar, na competição econômica, na produção de energia e na busca de vantagens nacionais. Este artigo examina esse modelo a partir da perspectiva da Equidade Sustentável em Saúde. Analisa a forma como Trump aborda a guerra e a paz, o Irã, Gaza, a Venezuela, Cuba, a migração, os combustíveis fósseis, a mudança climática, o direito internacional e as próprias Nações Unidas. Também examina diversas afirmações factuais presentes no discurso que foram contestadas por agências independentes de checagem de fatos. A análise insere-se em um conjunto mais amplo de trabalhos desenvolvidos pelo Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde (SHEM) e publicados no PEAH (Policies for Equitable Access to Health), incluindo o conceito de **Bem-Estar em Equidade Sustentável** (**WISE**, da sigla em inglês **Wellbeing in Sustainable Equity**), a estimativa de uma importante carga global de iniquidade em saúde, a projeção de mais de 220 milhões de mortes excedentes relacionadas ao clima ao longo do restante do século XXI e a estimativa de uma "lacuna global de dignidade" de aproximadamente US$ 7 trilhões. O artigo sustenta que essas não são crises separadas. Elas são expressões de uma ordem global na qual o poder econômico, militar e político permanece concentrado, enquanto os custos da privação, da degradação ecológica e dos conflitos são distribuídos de forma profundamente desigual. O artigo propõe, portanto, uma refundação das Nações Unidas em torno da **equidade sustentável**: garantir que todas as pessoas possam alcançar uma vida digna e saudável, ao mesmo tempo que a humanidade permanece dentro dos limites ecológicos da Terra.

Resumen: *El discurso de Donald Trump en la 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas, el 22 de septiembre de 2026, ofrece una expresión clara de un modelo de relaciones internacionales centrado en el poder nacional, la fuerza militar, la competencia económica, la producción de energía y la búsqueda de ventajas nacionales. Este artículo examina ese modelo desde la perspectiva de la equidad sostenible en salud. Analiza la forma en que Trump aborda la guerra y*

[1] Texto original em inglês, traduzido com assistência de IA, revisado por Carolina Leocádio.

[2] Autor é copresidente do Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde.

la paz, Irán, Gaza, Venezuela, Cuba, la migración, los combustibles fósiles, el cambio climático, el derecho internacional y las propias Naciones Unidas. También examina diversas afirmaciones fácticas presentes en el discurso que han sido refutadas por agencias independientes de verificación de datos. El análisis forma parte de un conjunto más amplio de trabajos desarrollados por el Movimiento por la Equidad Sostenible en Salud (SHEM) y publicados en PEAH (Policies for Equitable Access to Health), incluyendo el concepto de Bienestar en Equidad Sostenible (WISE, por sus siglas en inglés Wellbeing in Sustainable Equity), la estimación de una importante carga global de inequidad en salud, la proyección de más de 220 millones de muertes excesivas relacionadas con el clima a lo largo del resto del siglo XXI y la estimación de una «brecha global de dignidad» de aproximadamente 7 billones de dólares. El artículo sostiene que estas no son crisis separadas. Son expresiones de un orden global en el que el poder económico, militar y político permanece concentrado, mientras que los costos de la privación, la degradación ecológica y los conflictos se distribuyen de manera profundamente desigual. Por lo tanto, el artículo propone una refundación de las Naciones Unidas en torno a la equidad sostenible: garantizar que todas las personas puedan alcanzar una vida digna y saludable, al tiempo que la humanidad se mantenga dentro de los límites ecológicos de la Tierra.

***Abstract:** Donald Trump's address to the 81st United Nations General Assembly on 22 September 2026 offers a clear expression of a model of international relations centered on national power, military strength, economic competition, energy production and national advantage. This article examines that model from the perspective of Sustainable Health Equity. It considers Trump's treatment of war and peace, Iran, Gaza, Venezuela, Cuba, migration, fossil fuels, climate change, international law and the United Nations itself. It also examines several factual claims in the speech that have been challenged by independent factchecking. The analysis is placed within a broader body of work developed through the Sustainable Health Equity Movement and published in PEAH, including the concept of **Wellbeing in Sustainable Equity (WISE)**, the estimation of a major global health inequity burden, the projected climate-related mortality of more than 220 million excess deaths during the remainder of the twenty-first century, and the estimated global "dignity gap" of approximately US$7 trillion. The article argues that these are not separate crises. They are expressions of a global order in which economic, military and political power remains concentrated while the costs of deprivation, ecological damage and conflict are distributed very unequally. The article therefore proposes a refoundation of the United Nations around **sustainable equity**: ensuring that every person can achieve a dignified and healthy life while humanity remains within the ecological limits of the Earth.*

1. Introdução

As Nações Unidas foram criadas em 1945, após um mundo devastado pela guerra. Sua Carta buscou estabelecer um sistema no qual Estados soberanos pudessem cooperar para prevenir conflitos e promover os direitos humanos, o desenvolvimento e a paz internacional.

Mais de oitenta anos depois, a arquitetura básica desse sistema permanece em grande medida inalterada, enquanto os problemas enfrentados pela humanidade se tornaram cada vez mais globais e interconectados. A mudança climática, a perda de biodiversidade, as pandemias, as armas nucleares, os deslocamentos em massa, a concentração financeira global e o acesso desigual ao conhecimento e aos recursos essenciais não podem ser enfrentados de forma eficaz por Estados que atuem apenas em competição entre si.

O discurso de Trump em 2026 é, portanto, significativo para além das declarações específicas que contém. Ele expressa uma visão particular de como o mundo deveria ser organizado: nações fortes protegendo seus interesses por meio do poder econômico, militar e tecnológico.

Isso levanta uma questão mais ampla: *Um mundo confrontado com riscos existenciais comuns pode continuar a ser organizado principalmente em torno da competição entre Estados poderosos?*

Sob a perspectiva da Equidade Sustentável em Saúde, isso exige uma reconsideração do que entendemos por segurança, prosperidade e desenvolvimento.

2. O poder como princípio organizador

Trump associa repetidamente a força nacional à produção econômica, à capacidade militar, aos recursos energéticos e à influência geopolítica. Não há nada de novo no fato de os Estados defenderem seus interesses. O problema surge quando a vantagem nacional é tratada como se pudesse ser buscada independentemente dos interesses de outros povos e dos sistemas ecológicos dos quais dependem todas as sociedades.

O poder militar pode proteger um território, mas não pode impedir uma pandemia. Uma economia maior não reduz necessariamente as desigualdades em saúde. O aumento da produção de combustíveis fósseis pode ampliar a oferta de energia, ao mesmo tempo que aumenta os riscos climáticos e de poluição. O controle de recursos naturais pode fortalecer o poder nacional, mas também pode intensificar a competição por esses recursos. A atmosfera, os oceanos, a biodiversidade e muitos recursos essenciais não respeitam fronteiras nacionais.

A segurança de uma população está cada vez mais interligada à segurança de todas as demais.

3. A guerra apresentada como paz

Uma das características mais marcantes do discurso de Trump é a apresentação da ação militar e do poder dos Estados Unidos como instrumentos para a promoção da paz. Trump descreve diversos conflitos como já tendo sido "resolvidos" e apresenta a capacidade militar norte-americana como uma fonte de dissuasão e estabilidade.

Entretanto pôr fim aos combates em curso não é necessariamente o mesmo que estabelecer a paz. Um cessar-fogo pode interromper a violência imediata sem com isso resolver as causas do conflito, proteger as populações civis, estabelecer mecanismos de responsabilização nem criar as condições políticas e sociais necessárias para uma paz duradoura.

Essa distinção é particularmente importante no que diz respeito a Gaza e ao Irã. Trump apresenta o Irã como uma grande ameaça terrorista e alerta para consequências militares extremas caso não se chegue a um acordo.

Uma aplicação coerente do direito internacional humanitário exige que as mesmas perguntas sejam feitas a todos os atores: quem emprega a força, contra quem, sob qual autoridade legal, com que distinção entre civis e combatentes e com quais consequências?

As normas internacionais perdem credibilidade quando a linguagem do terrorismo é aplicada de forma seletiva.

4. Gaza e a erosão de uma ordem moral

A destruição de Gaza suscita uma questão mais ampla sobre a credibilidade da ordem internacional construída no pós-guerra.

A Corte Internacional de Justiça determinou medidas provisórias no caso África do Sul *versus* Israel, com base na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio. Essas medidas não constituem uma decisão definitiva sobre a ocorrência de genocídio, mas demonstram a gravidade das alegações jurídicas apresentadas e a preocupação da Corte com o risco de danos irreparáveis.

A análise **"Gaza and the End of a Moral Order"**, publicada no PEAH, sustenta que Gaza representa mais do que apenas outro conflito regional. Trata-se de um teste da capacidade do sistema internacional de conciliar os princípios que proclama com sua atuação concreta. O texto descreve o crescente distanciamento entre a linguagem dos direitos humanos e a ação política, argumentando que a crise expõe o esgotamento de uma ordem global cuja legitimidade depende de normas que não são aplicadas de forma consistente.

A questão, portanto, não é se os ataques do Hamas contra civis devem ser condenados. Eles devem. Tampouco é se os civis israelenses têm direito à segurança. Eles têm. A questão é saber se os mesmos princípios de proteção de civis, de direito internacional e de responsabilização se aplicam igualmente a atores mais poderosos e menos poderosos.

Assim, o apoio militar e político de longa data dos Estados Unidos a Israel faz parte do contexto que não pode simplesmente ser omitido de qualquer avaliação da ordem internacional.

A questão não é a culpa coletiva. É a responsabilização universal.

5. A carga climática sobre a saúde: uma guerra planetária desigual

A dimensão ecológica amplia ainda mais a escala desse debate.

Uma análise publicada no PEAH em 2018, **"Health and Climate Change: a Third World War with No Guns"**, modelou as potenciais consequências do aquecimento global para a saúde e estimou aproximadamente **216 milhões de mortes excedentes decorrentes do aumento da temperatura ao longo do século XXI**, sendo a grande maioria delas esperada em populações tropicais e subtropicais que contribuíram relativamente pouco para as emissões acumuladas.

Trabalhos posteriores do SHEM aprofundaram essa estimativa e passaram a projetar *mais de 220 milhões de mortes excedentes para o restante do século XXI,* afetando predominantemente países, comunidades e grupos etários que contribuem pouco para as emissões.

Esses números são estimativas baseadas em modelos, e não mortes observadas nem previsões definitivas. Sua importância reside na distribuição da carga projetada. Os países e as populações que deverão sofrer mais intensamente os impactos não são necessariamente aqueles responsáveis pela maior parcela das emissões históricas. A mudança do clima cria, portanto, um profundo problema de equidade tanto entre gerações quanto entre países.

A análise publicada no PEAH propôs um **Limiar Ético Universal** de aproximadamente 1,7 tonelada de CO_2 por pessoa ao ano em seu modelo analítico, como uma referência indicativa para uma alocação ética do espaço de carbono remanescente.

Independentemente do limiar exato que venha a ser adotado no futuro, o princípio ético é claro: o espaço ecológico não pode ser tratado como um recurso ilimitado ao qual aqueles que primeiro alcançaram níveis elevados de consumo tenham direito de forma desproporcional.

6. Prosperidade e a economia dos combustíveis fósseis

O discurso de Trump associa constantemente a prosperidade à abundância de energia e ao aumento da produção. Isso reflete um modelo econômico convencional no qual a prosperidade está estreitamente ligada à produção, ao consumo, ao investimento e ao uso de energia.

Entretanto, a atividade econômica se desenvolve dentro de um sistema ecológico finito. O Relatório sobre a Lacuna de Emissões de 2025 do PNUMA estima que as políticas atualmente em vigor continuam compatíveis com um aquecimento de aproximadamente 2,8°C neste século, enquanto a plena implementação dos atuais compromissos climáticos nacionais ainda implicaria um aquecimento de cerca de 2,3°C a 2,5°C.

A OMS tem alertado reiteradamente que a mudança do clima já está afetando a saúde por meio do calor extremo, da insegurança alimentar, das doenças infecciosas, da insegurança hídrica e de outros fatores.

A questão central, portanto, não pode ser simplesmente: *Quanto a economia global consegue produzir?* Ela também deve ser: *Quanto a humanidade consegue produzir mantendo as condições ecológicas necessárias à vida?* E: *Quem recebe os benefícios e quem arca com os custos?*

7. Venezuela e os recursos naturais como despojos do poder

A seção do discurso de Trump dedicada à Venezuela é particularmente reveladora porque associa estreitamente os recursos naturais à vitória geopolítica. Trump menciona os recursos petrolíferos da Venezuela e utiliza a expressão “ao vencedor pertencem os despojos”. Essa linguagem é difícil de conciliar com a ideia de que os recursos naturais pertencem, em última instância, aos povos e às gerações futuras, e não àqueles que detêm o maior poder militar ou econômico.

Há também um problema factual em sua afirmação de que os Estados Unidos e a Venezuela, juntos, detêm mais de 60% do petróleo mundial. Agências independentes de checagem de fatos concluíram que a participação combinada dos dois países nas reservas comprovadas é de aproximadamente 22%, e não de 60%.

A questão mais ampla é se o acesso aos recursos naturais deve ser compreendido como um prêmio decorrente da disputa geopolítica. Se for esse o caso, o próprio sistema internacional cria incentivos para a competição e o conflito em torno desses recursos.

8. Cuba: coerção, ideologia e o custo humano

A abordagem de Trump em relação a Cuba é estruturada em grande medida em torno do fracasso do comunismo. Existem razões legítimas para se criticar o sistema político cubano,

incluindo restrições às liberdades políticas e ao pluralismo político. Mas isso não elimina a necessidade de examinar as consequências de uma coerção econômica prolongada.

O estudo mais recente publicado no PEAH, **"Cuba Under Economic Siege"**, analisa os efeitos combinados das restrições econômicas, comerciais e financeiras impostas pelos Estados Unidos, intensificadas em 2026, especialmente por meio de limitações que afetam o fornecimento de combustível e as atividades de operadores econômicos de terceiros. O estudo estima aproximadamente 14 mil mortes excedentes em 2024 em relação a referências demográficas e históricas selecionadas, ressaltando explicitamente que se trata de estimativas analíticas, e não de contagens oficiais de mortes evitáveis.

O artigo questiona se a privação progressiva das condições essenciais para a vida poderia constituir um **"genocídio sem armas"**, mas apresenta essa questão como um problema de saúde pública e de natureza ética, e não como uma determinação jurídica de genocídio.

Essa distinção é importante. Cuba tem responsabilidades políticas e econômicas internas pelo bem-estar de sua população. Ao mesmo tempo, restrições econômicas externas podem ter consequências reais para o acesso a combustível, medicamentos, alimentos, água, transporte e serviços de saúde.

Uma análise séria precisa considerar ambas as dimensões.

9. Migração e a redução dos seres humanos a categorias de segurança

A forma como Trump aborda a migração reduz um fenômeno global complexo sobretudo a questões relacionadas às fronteiras, à imigração irregular, à criminalidade e à soberania.

Os Estados têm, evidentemente, o direito de regular a entrada em seus territórios. Porém a migração também é impulsionada por guerras, pobreza, perseguição política, desigualdade econômica, reunificação familiar, mercados de trabalho e degradação ambiental.

Portanto, uma abordagem baseada na equidade sustentável pergunta não apenas como as fronteiras devem ser controladas, mas também porque tantas pessoas são forçadas a deixar seus lares. Se o sistema global produz oportunidades profundamente desiguais de saúde, segurança e dignidade, a migração é, em parte, um sintoma dessa desigualdade.

10. O problema dos números

O discurso faz amplo uso de grandes números relacionados ao petróleo, às drogas, à migração, aos investimentos, às ações militares e a guerras supostamente encerradas. Alguns deles foram contestados por agências independentes de checagem de fatos.

Por exemplo, a PolitiFact concluiu que a afirmação de Trump de que as operações dos Estados Unidos haviam eliminado 97% das drogas que entram no país não era sustentada por evidências, porque os números referentes às apreensões não permitem determinar a quantidade total que ingressa no mercado ilícito. A organização também concluiu que a alegação relativa às reservas de petróleo era substancialmente exagerada.

A lição metodológica é importante. Números utilizados em políticas públicas exigem definições, denominadores, períodos de tempo, populações de referência e fontes.

A Equidade Sustentável em Saúde, portanto, requer não apenas mais dados, mas também medições mais robustas e maior transparência sobre aquilo que os dados efetivamente demonstram.

11. Da desigualdade em saúde à equidade sustentável

A dimensão da saúde oferece uma forma útil de conectar crises aparentemente distintas, como a pobreza, a mudança do clima, a guerra e a concentração econômica. O **paradigma WISE — Wellbeing in Sustainable Equity (Bem-Estar em Equidade Sustentável)** propõe que o desenvolvimento global seja avaliado com base na capacidade de alcançar os melhores níveis viáveis de bem-estar humano, permanecendo ao mesmo tempo dentro dos limites econômicos e ecológicos.

O ponto de partida é simples: a aspiração a uma vida longa e saudável é universal.

A questão é saber se os recursos econômicos e ecológicos necessários para alcançar esse objetivo podem ser distribuídos de forma justa. A análise WISE estima uma carga persistente de aproximadamente **16 milhões de mortes excedentes por ano associadas à iniquidade global em saúde**, ao mesmo tempo que identifica uma **lacuna de dignidade de cerca de US$ 7 trilhões** — os recursos adicionais necessários para que os países situados abaixo do limiar de dignidade proposto possam se aproximar dos melhores níveis viáveis de saúde.

Não se trata simplesmente de um apelo à ajuda tradicional ao desenvolvimento. A proposta aponta para uma redistribuição muito mais ampla dos recursos globais.

A mesma análise propõe um limiar a partir do qual rendas adicionais deixam de corresponder a ganhos adicionais em expectativa de vida, ao mesmo tempo que passam a estar associadas a padrões de consumo cada vez mais insustentáveis ecologicamente. O estudo estima que uma parcela significativa do PIB global se encontra acima desse limiar de “excesso” ou de “acumulação excessiva”.

A implicação é desconfortável, porém importante: **A justiça global exige tanto o fim da privação quanto a redução da acumulação excessiva.** Assim, a lacuna de dignidade de US$ 7 trilhões precisa ser considerada juntamente com os recursos atualmente acumulados ou consumidos acima de níveis compatíveis com a equidade sustentável.

12. Restaurando o pacto humano rompido

O artigo **“Restoring Broken Human Deal”**, publicado no PEAH em 2024, desenvolve esse argumento de forma mais aprofundada.

O texto descreve o sistema atual como um pacto rompido tanto entre os seres humanos quanto entre a humanidade e a natureza. Ele relaciona a persistente iniquidade em saúde, a destruição ecológica, a concentração financeira, o poder militar e a fragilidade da governança global a uma mesma falha na cooperação internacional.

O artigo sustenta que o problema não pode ser resolvido pelo simples aumento da assistência tradicional ao desenvolvimento. Em vez disso, defende um novo paradigma social baseado em uma governança local empática, na produção e no consumo de bens essenciais de forma compatível com os ecossistemas e em uma inovação colaborativa voltada para bens públicos globais.

Isso altera o significado da redistribuição. Não se trata apenas de transferir recursos financeiros dos ricos para os pobres. Significa reestruturar a economia global para que recursos atualmente absorvidos pelo consumo excessivo, pela especulação, pelos gastos militares e pela destruição ecológica possam, em vez disso, sustentar a saúde, o conhecimento, os serviços essenciais e a transição para formas sustentáveis de produção.

13. O denominador ausente: os limites planetários

Talvez a maior omissão no discurso de Trump seja a ausência de uma referência ecológica significativa. O poder econômico e militar é discutido como se pudesse continuar se expandindo sem qualquer referência à capacidade da Terra de absorver emissões, regenerar ecossistemas e fornecer recursos.

O conceito de limites planetários oferece uma das abordagens científicas para enfrentar esse problema. A humanidade já ultrapassou diversos dos limites propostos para o sistema terrestre. Isso altera o significado do desenvolvimento.

A questão já não pode ser simplesmente: *Quanto mais a humanidade consegue produzir?* Ela precisa ser: *Quanto a humanidade consegue produzir e consumir preservando os sistemas ecológicos necessários à vida?* E: *Como o espaço ecológico remanescente pode ser compartilhado de forma justa?*

Essas questões constituem a base da equidade sustentável.

14. Direito internacional e excepcionalismo

As instituições internacionais são imperfeitas e devem ser reformadas. Contudo a alternativa não pode ser um sistema no qual os Estados mais poderosos aceitem as normas internacionais apenas quando elas coincidirem com seus interesses.

O direito internacional depende de sua aplicação universal. Nenhum Estado deveria estar acima da responsabilização em razão de sua capacidade militar, de sua influência econômica ou de sua posição permanente em uma instituição internacional.

Essa tensão é particularmente visível no Conselho de Segurança, onde cinco Estados — China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos — detêm assentos permanentes e poder de veto. Esse foi um arranjo político concebido em 1945. É cada vez mais difícil conciliá-lo com o princípio da igualdade soberana entre os membros das Nações Unidas e com a natureza global dos problemas contemporâneos.

15. Das Nações Unidas aos Povos Unidos

A Carta das Nações Unidas começa com as palavras: *"Nós, os povos..."*. No entanto, a organização continua estruturada principalmente em torno de Estados soberanos.

Uma ONU refundada deveria explorar formas de conferir representação mais robusta aos povos, às regiões, à sociedade civil, às gerações futuras e aos bens comuns globais, preservando ao mesmo tempo o papel dos Estados como atores políticos essenciais.

O objetivo não seria um governo mundial. Seria um sistema mais democrático para enfrentar problemas que nenhum país consegue resolver sozinho.

A mudança climática é um exemplo. As pandemias são outro. O mesmo vale para as armas nucleares, a inteligência artificial, a instabilidade financeira global, a perda de biodiversidade e o acesso a medicamentos essenciais e ao conhecimento científico.

16. Uma proposta para a refundação das Nações Unidas

Uma ONU refundada poderia ser construída em torno dos seguintes princípios:

1) A equidade sustentável como objetivo global central

Todas as pessoas devem dispor das condições necessárias para uma vida digna e saudável, ao mesmo tempo que a humanidade permanece dentro dos limites planetários.

2) Um piso global de dignidade

Países e comunidades situados abaixo de um limiar de dignidade acordado devem ter acesso aos recursos necessários para alcançar os melhores níveis viáveis de saúde e bem-estar.

A análise WISE estima que a atual lacuna global de dignidade seja de aproximadamente US$ 7 trilhões por ano.

3) Um limiar para recursos excedentes

Acima de um nível em que a acumulação adicional já não contribui significativamente para o bem-estar humano, ao mesmo tempo que aumenta os danos ecológicos, os recursos devem ser progressivamente redirecionados para bens públicos globais.

Esse limiar constitui a contrapartida econômica do piso de dignidade.

4) Reconhecimento dos bens comuns globais

A atmosfera, os oceanos, a biodiversidade, os principais sistemas de água doce e outros sistemas ecológicos essenciais devem ser tratados como responsabilidades compartilhadas de toda a humanidade.

5) Direitos das gerações futuras

As gerações futuras devem ter reconhecidos seus direitos às condições ecológicas necessárias à vida e à saúde.

6) Aplicação universal do direito internacional

Nenhum Estado deve desfrutar, na prática, de isenção em relação ao direito internacional em razão de seu poder político ou militar.

7) Reforma do Conselho de Segurança

O direito de veto dos membros permanentes deve ser substancialmente reformado, com maior representatividade e mecanismos que permitam ao conjunto mais amplo dos membros das Nações Unidas atuar quando o Conselho estiver paralisado.

8) Desmilitarização progressiva

As armas nucleares e outras armas de destruição em massa devem, em última instância, ser eliminadas, enquanto os gastos militares são progressivamente redirecionados para a segurança humana e para bens públicos globais.

9) Saúde e conhecimento como bens públicos globais

Medicamentos essenciais, vacinas, conhecimentos científicos, tecnologias de saúde e outros recursos capazes de salvar vidas não devem depender primordialmente do poder de compra.

10) Um sistema justo de mobilidade humana

As causas da migração forçada devem ser enfrentadas paralelamente à proteção dos direitos e da dignidade de migrantes e refugiados.

11) Transformação ecológica

A governança econômica global deve apoiar uma rápida transição para longe da dependência dos combustíveis fósseis, garantindo ao mesmo tempo que os países de menor renda disponham de recursos suficientes para alcançar um desenvolvimento digno.

12) Financiamento global democrático

A ONU e outras instituições globais necessitam de financiamento previsível e suficientemente independente, em vez de uma dependência excessiva de contribuições voluntárias provenientes de Estados poderosos e de interesses privados.

17. Da competição à cooperação

A alternativa a uma ordem internacional centrada no poder não é a ausência de poder. É a democratização e a redistribuição do poder.

Tampouco se trata de rejeitar o desenvolvimento econômico. Trata-se de uma concepção diferente do desenvolvimento: melhorar a saúde, a dignidade e as capacidades humanas, ao mesmo tempo que se reduz o consumo material desnecessário e se protegem os sistemas ecológicos dos quais dependem as futuras gerações.

Isso também altera o significado de segurança. A segurança deve incluir a segurança alimentar, a saúde, o acesso à água e à energia, a proteção do clima, a paz e a estabilidade ecológica — e não apenas a capacidade militar dos Estados.

Isso também altera o significado de prosperidade. A prosperidade não deve ser medida apenas pela quantidade que um país produz, consome ou acumula, mas por sua capacidade de proporcionar às pessoas vidas longas, saudáveis e significativas, sem comprometer a possibilidade de que outras pessoas e as futuras gerações façam o mesmo.

Conclusão: um chamado a um novo pacto global

O discurso de Trump na ONU em 2026 oferece uma expressão particularmente clara de uma das possibilidades de futuro: um mundo de Estados fortes competindo por segurança, recursos, mercados, tecnologia e influência geopolítica.

Mas a questão não se resume a um presidente ou a um único país. O problema mais profundo é a persistência de um sistema internacional no qual o poder militar, a riqueza econômica e o controle de recursos determinam quais interesses prevalecem. As evidências e análises desenvolvidas no âmbito da Equidade Sustentável em Saúde apontam para outra possibilidade.

A carga projetada de mortalidade relacionada à mudança climática recai de forma desproporcional sobre populações que menos contribuíram para as emissões históricas. A iniquidade global em saúde continua a produzir milhões de mortes evitáveis todos os anos. Ao mesmo tempo, a análise WISE identifica uma significativa lacuna global de dignidade ao lado de enormes concentrações de recursos acima de níveis compatíveis com a equidade sustentável.

Gaza e Cuba oferecem dois exemplos contemporâneos de um problema mais amplo: a distância entre os princípios universais proclamados pelo sistema internacional e a forma como o poder é efetivamente exercido. As análises publicadas no PEAH sobre Gaza e Cuba sustentam, sob perspectivas distintas, que as consequências do poder geopolítico alcançam cada vez mais diretamente as condições de vida, saúde e sobrevivência.

A resposta, portanto, deve ser mais ampla do que a oposição a qualquer governo específico. Ela deve consistir em um novo pacto global.

Uma **ONU refundada** poderia colocar a equidade sustentável no centro da cooperação internacional: *uma vida digna para todas as pessoas; limites ecológicos para todos; maior redistribuição dos recursos excedentes para atender às situações de privação; bens públicos globais; responsabilização universal sob o direito internacional; paz em lugar da competição militar permanente; e instituições democráticas capazes de representar a humanidade como um todo.*

Isso daria um novo significado às palavras que abrem a Carta das Nações Unidas: **"Nós, os povos."**

O desafio já não é decidir qual país deve dominar o século XXI. O desafio é construir instituições por meio das quais a humanidade possa aprender a compartilhar o século XXI — e proteger a Terra da qual todos nós dependemos.

Referências

Garay JE, Chiriboga DE, Kelley N, Garay A, Garcia-Carmino E. Health and Climate Change: a Third World War with No Guns. PEAH, 2018. The analysis modelled approximately 216 million excess deaths from temperature increase during the twenty-first century, predominantly in tropical and subtropical populations.

Garay J. Towards a WISE – Wellbeing in Sustainable Equity – New Paradigm for Humanity. PEAH, 2023. The article develops the WISE paradigm, the dignity threshold, the estimated US$7 trillion global dignity gap and the concept of an excess/hoarding threshold.

Garay J. Restoring Broken Human Deal. PEAH, 2024. The article develops the analysis of global governance failure, health inequity, ecological destruction, economic concentration and the need for a new societal paradigm.

Garay J. Gaza and the End of a Moral Order: Energy, Power, and the Emergence of a Post-Hegemonic World—and the Prospect of a New Global Life Expectancy Decline. PEAH, 2026.

Garay J. Cuba Under Economic Siege: Evidence of the Humanitarian and Health Consequences of United States Coercive Measures and Arguments for an Equity-Based Response. PEAH, 2026.

United Nations. Charter of the United Nations. San Francisco, 1945.

United Nations. Universal Declaration of Human Rights. Paris, 1948.

International Court of Justice. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel). Provisional Measures, 2024.

United Nations Environment Programme. Emissions Gap Report 2025. UNEP, Nairobi, 2025.

World Health Organization. Climate Change and Health. WHO, Geneva.

Richardson K, et al. Earth beyond six of nine planetary boundaries. Science Advances. 2023;9(37):eadh2458.

United Nations Security Council. Voting System and the Right to Veto.

United Nations Security Council. Vetoes since 1946.

PolitiFact. Fact-check: President Donald Trump misleads on Iran war, AI in speech to UN. September 2026.

Associated Press. FACT FOCUS: Trump made multiple false and misleading claims in front of the UN General Assembly. September 2026.